



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS

Direcção Nacional de Minas

AVISO

Em cumprimento do disposto no artigo 14 do Regulamento da Lei de Minas aprovado pelo Decreto n.º 62/2006, de 26 de Dezembro, publicado no *Boletim da República*, n.º 51, I.ª série, 8.º suplemento, faz-se saber que por despacho de S. Ex.ª a Ministra dos Recursos Minerais de 29 de Abril de 2014, foi atribuída a favor de Jiangxi Mozambique Mining Co, Lda, a Licença de Prospecção e Pesquisa n.º 2275L, válida até 5 de Maio de 2018, no distrito de Alto - Molócue, província de Zambézia com as seguintes coordenadas geográficas:

Vértice	Latitude	Longitude
1	- 16° 11' 30,00''	37° 53' 00,00''
2	- 16° 11' 30,00''	37° 54' 30,00''
3	- 16° 12' 45,00''	37° 54' 30,00''
4	- 16° 12' 45,00''	37° 55' 15,00''
5	- 16° 15' 15,00''	37° 55' 15,00''
6	- 16° 15' 15,00''	37° 55' 00,00''
7	- 16° 15' 30,00''	37° 55' 00,00''
8	- 16° 15' 30,00''	37° 54' 45,00''
9	- 16° 15' 45,00''	37° 54' 45,00''
10	- 16° 15' 45,00''	37° 54' 30,00''
11	- 16° 16' 00,00''	37° 54' 30,00''
12	- 16° 16' 00,00''	37° 54' 15,00''
13	- 16° 15' 15,00''	37° 54' 15,00''
14	- 16° 15' 15,00''	37° 53' 45,00''
15	- 16° 14' 45,00''	37° 53' 45,00''
16	- 16° 14' 45,00''	37° 54' 15,00''
17	- 16° 14' 00,00''	37° 54' 15,00''

Vértice	Latitude	Longitude
18	- 16° 14' 00,00''	37° 53' 30,00''
19	- 16° 14' 15,00''	37° 53' 30,00''
20	- 16° 14' 15,00''	37° 53' 00,00''

Direcção Nacional de Minas, em Maputo, 7 de Maio de 2014. — O Director Nacional, *Eduardo Alexandre*.

AVISO

Em cumprimento do disposto no artigo 14 do Regulamento da Lei de Minas, aprovado pelo Decreto n.º 62/2006, de 26 de Dezembro, publicado no *Boletim da República* n.º 51, I.ª série, 8.º suplemento, faz-se saber que por despacho de S. Ex.ª Ministra dos Recursos Minerais de 1 de Maio de 2014, foi atribuída à favor de Africa Rare Metal Mining Development. Co, Limitada, a Licença de Prospecção e Pesquisa n.º 4985L, válida até 14 de Abril de 2019 para berilo, bismute, quartzo, sílica, tantalite no distrito de Mocuba, província da Zambézia com as seguintes coordenadas geográficas:

Vértice	Latitude	Longitude
1	- 16° 52' 45,00''	36° 50' 00,00''
2	- 16° 52' 45,00''	37° 00' 00,00''
3	- 17° 00' 00,00''	37° 00' 00,00''
4	- 17° 00' 00,00''	36° 50' 15,00''

Direcção Nacional de Minas, em, em Maputo, 12 de Maio de 2014. — O Director Nacional, *Eduardo Alexandre*.

AVISO

Em cumprimento do disposto no artigo 14 do Regulamento da Lei de Minas, aprovado pelo Decreto n.º 62/2006, de 26 de Dezembro, publicado no *Boletim da República*, n.º 51. I.ª série, 8.º suplemento, faz-se saber que por despacho de S. Ex.ª a Ministra dos Recursos Minerais de 1 de Maio de 2014, foi atribuídaà favor de Future Metal Mining Devel.Co,

Lda, a Licença de Prospeção e Pesquisa n.º 5598L, válida até 21 de Abril de 2019, para ferro, no distrito de Maravia, província da Tete com as seguintes coordenadas geográficas:

Vértice	Latitude	Longitude
1	- 15° 17' 00,00''	31° 34' 15,00''
2	- 15° 17' 00,00''	31° 40' 45,00''
3	- 15° 23' 45,00''	31° 40' 45,00''
4	- 15° 23' 45,00''	31° 34' 15,00''

Direcção Nacional de Minas, em Maputo, 12 de Maio de 2014. — O Director Nacional, *Eduardo Alexandre*.

AVISO

Em cumprimento do disposto no artigo 14 do Regulamento da Lei de Minas aprovado pelo Decreto n.º 62/2006, de 26 de Dezembro, publicado

no *Boletim da República* n.º 51, I.ª série, 8.º suplemento, faz-se saber que por despacho de S. Ex.ª a Ministra dos Recursos Minerais de 11 de Novembro de 2014, foi prorrogada a favor de Jiangxi Mozambique Mining Co., Limitada, a Licença de Prospeção e Pesquisa n.º 2252L, válida até 6 de Maio de 2018 para chumbo, cobre, corindo, níquel, ouro, zinco, no distrito de Macanga província de Tete com as seguintes coordenadas geográficas:

Vértice	Latitude	Longitude
1	- 14° 50' 15,00''	33° 47' 30,00''
2	- 14° 50' 15,00''	33° 54' 30,00''
3	- 15° 00' 00,00''	33° 54' 30,00''
4	- 15° 00' 00,00''	33° 50' 30,00''
5	- 15° 02' 30,00''	33° 50' 30,00''
6	- 15° 02' 30,00''	33° 47' 30,00''

Direcção Nacional de Minas, em Maputo, 15 de Maio de 2014. — O Director Nacional, *Eduardo Alexandre*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

Deto, S.A.

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia cinco de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada sob NUEL100489031, uma sociedade anónima denominada Deto, S.A. que ira reger-se pelos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Da firma, tipo, sede, objecto social e duração

ARTIGO PRIMEIRO

(Firma e tipo)

A sociedade adopta o tipo de sociedade anónima e tem como firma Deto, S.A.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede e outras formas locais de representação)

Um) A sociedade tem a sua sede na Rua João de Queirós, número cinquenta e cinco, bairro central, em Maputo.

Dois) Por simples deliberação do Conselho de Administração pode ser transferida a sede para qualquer outro local dentro do território nacional.

Três) O Conselho de Administração pode abrir e encerrar, no território nacional ou no estrangeiro, agências, delegações, dependências ou quaisquer outras formas de representação permitidas por lei.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto o exercício das seguintes actividades:

- a) Prestação de serviços contratação e subcontratação de outras entidades;
- b) Constituição de parcerias empresariais/societárias com vista ao desenvolvimento de negócios e empreendimentos em Moçambique;
- c) Comércio internacional de importação e exportação, representação de sociedades nacionais ou estrangeiras, consignações e venda a retalho ou a grossa em qualquer ramo de actividade em que a sociedade acordar.
- d) Participação da estrutura accionista e/ou societária de qualquer sociedade regularmente constituída em Moçambique ou no estrangeiro;
- e) Participação em actividades de pesquisa e prospeção de minérios e hidrocarbonetos e seus derivados, prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de bens e equipamentos associados aos hidrocarbonetos em Moçambique.

Dois) Por deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá desenvolver outras actividades de natureza comercial conexas, complementares ou subsidiárias com o seu objecto principal,

que de alguma forma concorram para o melhor preenchimento do seu objecto social tal como especificado nas alíneas a) e e) acima, tendentes a maximizar estas através de novas formas de implementação de negócios e de fontes de rendimento, incluindo serviços de consultoria e assessoria a transportadores, empresas de exportação e importação, celebração de contratos de prestação de serviços, aceitar concessões, adquirir e gerir participações no capital de quaisquer sociedades ou ainda participar em agrupamentos de empresas ou outras formas de associação.

ARTIGO QUARTO

(Duração)

A sociedade durará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do capital social, acções e obrigações

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, corresponde a vinte mil meticais, e encontra-se representado por duas mil acções, com o valor nominal de dez meticais cada uma.

ARTIGO SEXTO

(Aumentos de capital social)

Um) Os aumentos de capital social que de futuro se tornem necessários à equilibrada

expansão e gestão das actividades da sociedade serão deliberados em Assembleia Geral.

Dois) Sempre que os aumentos de capital sejam realizados por entradas em dinheiro, os accionistas terão direito de preferência na subscrição de novas acções, na proporção das acções que ao tempo possuírem.

ARTIGO SÉTIMO

(Representação do capital social)

Um) Todas as acções representativas do capital social são nominativas, podendo, quando legalmente admissível e nos termos em que o seja, ser convertidas na forma escritural.

Dois) As acções são registadas, obrigatoriamente, no livro de registo de acções da sociedade.

Três) Haverá títulos de uma, dez, cem, mil e dez mil acções, mas os accionistas podem a todo o tempo solicitar o desdobramento ou a concentração dos títulos.

Quatro) Os títulos são assinados por dois administradores, um dos quais necessariamente o Presidente do Conselho de Administração, podendo as assinaturas ser apostas por chancela, por aqueles autorizados.

Cinco) As despesas de conversão das acções, bem como as de desdobramento ou concentração de títulos, correm por conta dos accionistas que requeiram tais actos.

ARTIGO OITAVO

(Categorias de acções)

Um) Quando permitido por lei, e sob proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral pode autorizar a sociedade a emitir acções preferenciais sem voto, e, bem assim, acções remíveis, com ou sem voto, definindo a forma de determinação do respectivo dividendo prioritário.

Dois) Nos aumentos de capital por incorporação de reservas poderão, quando permitido por lei e por deliberação da Assembleia Geral, ser emitidas acções preferenciais sem voto, proporcionais, às acções desta categoria já existentes, a distribuir exclusivamente pelos titulares destas.

Três) Quando permitido por lei, as acções preferenciais sem voto podem, na sua emissão, ficar sujeitas a remissão na data ou prazo que for deliberado pela Assembleia Geral.

Quatro) As acções remíveis sê-lo-ão pelo valor nominal ou com o prémio que for fixado pela Assembleia Geral.

ARTIGO NONO

(Acções próprias)

A sociedade pode adquirir acções próprias, nas condições e dentro dos limites autorizados por lei.

ARTIGO DÉCIMO

(Obrigações)

Um) A sociedade só poderá emitir obrigações convertíveis em acções quando autorizada por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

Dois) Por deliberação do Conselho de Administração, a sociedade pode emitir obrigações não convertíveis em acções.

Três) As obrigações emitidas pela sociedade podem ter qualquer modalidade de juro ou reembolso permitidos por lei.

CAPÍTULO III

Das limitações à oneração, transmissão e amortização de acções

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Venda de acções com contrapartida em dinheiro)

Um) A venda de acções, quer entre accionistas quer a terceiros, com contrapartida em dinheiro, estará sujeito a preferência dos restantes accionistas.

Dois) O accionista que pretenda proceder à transmissão deverá comunicar, por carta registada com aviso de recepção, aos accionistas não transmitentes essa sua intenção, identificando logo o transmissário, o número de acções a transmitir e respectiva categoria, o preço pretendido e condições de pagamento.

Três) O accionista não transmitente que desejar exercer o respectivo direito de preferência deverá fazê-lo, no prazo de quinze dias contado da recepção da acima mencionada notificação, através de carta registada com aviso de recepção, dirigida ao accionista transmitente, indicando o número de acções que pretende adquirir.

Quatro) Pretendendo mais de um accionista preferir, as acções a transmitir serão entre eles divididas, na proporção das acções de que forem detentores, independentemente da respectiva categoria.

Cinco) Todas as comunicações previstas neste artigo serão obrigatoriamente feitas por carta registada com aviso de recepção.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Oneração de acções e outras transmissões)

A oneração, por qualquer forma, a constituição de usufruto, e todos os tipos de transmissão, onerosa ou gratuita, que não constituam uma venda com contrapartida em dinheiro, sobre as acções da sociedade, depende do consentimento de todos os accionistas, prestado em Assembleia Geral especialmente convocada para o efeito.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Ineficácia)

As transmissões efectuadas sem observância do disposto no presente contrato de sociedade não produzem quaisquer efeitos face à sociedade e aos seus accionistas e tal ineficácia não prejudica a possibilidade de amortização prevista no presente contrato.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Amortização de acções sem consentimento dos seus titulares)

Um) É permitida a amortização de acções, sem consentimento dos seus titulares, nas seguintes situações:

- Morte ou interdição de um accionista ou extinção de um accionista que seja pessoa colectiva, por dissolução, liquidação, declaração de nulidade ou anulação do acto constitutivo, ou por qualquer outra causa;
- Apresentação à falência ou requerimento da falência por terceiros; neste último caso, desde que já tenha ocorrido despacho de prosseguimento proferido pelo tribunal;
- Transmissão ou oneração de acções sem a observância do disposto no presente contrato de sociedade;
- Quando o accionista tiver accionado judicialmente a sociedade, não obtendo a condenação desta; quando o accionista falte ao cumprimento de qualquer das cláusulas dos estatutos; quando desrespeite deliberações da Assembleia Geral; quando divulgue segredos da sociedade.
- Violação de acordos parassociais referentes à sociedade e que a esta tenham sido notificados.

Dois) Compete à Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração, e por uma maioria representativa de mais de cinquenta por cento do capital da sociedade, deliberar a amortização e fixar as condições necessárias para que a operação seja efectuada.

Três) A deliberação referida no número anterior deverá ser tomada no prazo de até seis meses contado sobre o conhecimento, pelo Conselho de Administração, da ocorrência do facto que fundamenta a amortização.

Quatro) A contrapartida da amortização será calculada com base no valor nominal das acções a amortizar.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Outros valores)

O disposto no presente capítulo aplica-se à transmissão e oneração de direitos de subscrição inerentes a um aumento de capital da sociedade ou a outros valores mobiliários

de que resulte ou possa resultar a atribuição de acções da sociedade, nomeadamente obrigações convertíveis em acções.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos sociais

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Elenco)

São órgãos da sociedade:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho de Administração;
- c) O Conselho Fiscal.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Designações e mandatos)

Um) Podem ser designados como membros dos órgãos sociais pessoas ou entidades que sejam, ou não, accionistas da sociedade.

Dois) Os mandatos dos membros dos órgãos sociais são de quatro anos; os membros dos órgãos sociais designados a meio de um mandato desempenharão funções até ao final do mandato em curso.

Três) Os membros dos órgãos sociais designados:

- a) Poderão ser reeleitos por uma ou mais vezes;
- b) Mantêm-se em efectividade de funções até à posse dos respectivos substitutos.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Constituição da Assembleia Geral)

Um) A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas com direito a voto, que satisfaçam as condições previstas no presente contrato de sociedade.

Dois) Só poderão participar na assembleia os titulares de acções averbadas em seu nome, no livro de registo de acções da sociedade, até quinze dias antes da data da reunião.

Três) Para os efeitos do disposto no número anterior, as acções deverão manter-se registadas em nome dos accionistas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

Quatro) Os accionistas sem direito a voto e os obrigacionistas não podem assistir às reuniões da Assembleia Geral.

Cinco) Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal deverão estar sempre presentes nas reuniões da Assembleia Geral Anual e nas outras reuniões para as quais a respectiva presença seja solicitada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, podendo intervir nos trabalhos, apresentar propostas e participar nos debates.

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Representação na Assembleia Geral)

Um) Os accionistas que pretendam fazer-se representar nas assembleias gerais poderão fazê-lo mediante simples carta, assinada e dirigida ao Presidente da Mesa e por este recebida com cinco dias de antecedência em relação ao dia designado para a reunião respectiva.

Dois) Dentro do prazo fixado no número anterior, pela mesma forma, as pessoas colectivas devem indicar, ao Presidente da Mesa, quem as representará.

Três) O Presidente da Mesa pode, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro do prazo fixado nos números anteriores, quando verifique que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

ARTIGO VIGÉSIMO

(Voto)

A cada acção corresponde um voto.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(Convocação da Assembleia Geral)

Um) As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral devem ser feitas pela Mesa da Assembleia Geral, nos termos e com a antecedência mínima e a publicidade impostas por lei.

Dois) As assembleias gerais poderão igualmente ser convocadas por fax ou correio electrónico, com a antecedência mínima de trinta dias de calendário em relação à data prevista para a reunião.

Três) Reunidos ou devidamente representados os accionistas detentores da totalidade do capital social, estes podem deliberar validamente sobre qualquer assunto, compreendido ou não na ordem de trabalhos, e tenha ou não havido convocatória.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(Quórum e maiorias)

Um) A Assembleia Geral não se pode reunir sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de, pelo menos, cinquenta e um por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos.

Dois) Salvo o disposto no número seguinte e nos casos em que a lei exija uma maioria qualificada superior, todas as deliberações da Assembleia Geral terão de ser tomadas por uma maioria correspondente a mais de cinquenta por cento do capital social.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

(Mesa da Assembleia Geral)

A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um presidente, e por um secretário.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

(Competência da Assembleia Geral)

Compete, designadamente, à Assembleia Geral:

- a) Apreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço e contas, e o parecer do Conselho Fiscal e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- b) Designar os membros dos órgãos sociais;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações do contrato de sociedade, incluindo os aumentos do capital social;
- d) Fixar as remunerações dos órgãos sociais.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

(Reuniões da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral reúne ordinariamente até trinta e um de Março de cada ano, e extraordinariamente a pedido de um dos outros órgãos sociais, ou dos accionistas que representem pelo menos cinco por cento do capital social.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

(Composição do Conselho de Administração)

Um) A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, constituído por um número par de membros, de dois administradores.

Dois) A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Três) A Assembleia Geral designa o Presidente do Conselho de Administração.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

(Poderes do Presidente do Conselho de Administração)

Compete em especial ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Representar o Conselho de Administração;
- b) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e coordenar a respectiva actividade.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

(Competências do Conselho de Administração)

O Conselho de Administração tem a competência definida na lei e neste contrato, representa a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabendo-lhe os mais amplos poderes de gerência, assim como

lhe cabe deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade, podendo ainda, confessar, desistir e transigir em quaisquer litígios, bem como comprometer-se em arbitragens.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

(Poderes de gestão)

Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto de administração da sociedade, designadamente sobre:

- a) Designação de um director-geral, fixando os poderes a este conferidos, caso assim entenda;
- b) Cooptação de administradores;
- c) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) Elaboração dos relatórios e contas anuais.
- e) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- f) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- g) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- h) Extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade.
- i) Organização da sociedade;
- j) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras sociedades;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho de Administração.

ARTIGO TRIGÉSIMO

(Delegação de poderes de gestão)

Um) O Conselho de Administração pode encarregar especialmente algum ou alguns administradores para se ocuparem de certas matérias de administração.

Dois) As deliberações do Conselho de Administração que constituam uma delegação de poderes devem fixar os termos e limites da delegação, na qual não podem ser incluídas as matérias enunciadas na cláusula anterior, com excepção das referidas na alínea e) e na alínea f), quando se reportem a situações que se integrem na actividade comercial corrente de uma companhia seguradora.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

(Reunião e deliberação)

Um) O Conselho de Administração reunirá em sessão ordinária, pelo menos, uma vez em cada trimestre, e além disso, sempre que for convocado pelo presidente ou por três administradores.

Dois) Os administradores poderão ser convocados por carta ou por qualquer outro meio, contando que seja por escrito.

Três) O Conselho de Administração poderá prefixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, caso em que não haverá a convocação nos termos do número anterior.

Quatro) Para o Conselho de Administração deliberar validamente é necessário que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

Cinco) As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos administradores presentes ou representados e devem constar da acta. Em caso de empate nas votações, o Presidente terá voto de qualidade.

Seis) Um administrador pode fazer-se representar numa reunião do Conselho de Administração por outro administrador, mas cada instrumento de representação não pode ser utilizado por mais de uma vez.

Sete) Os administradores poderão votar por correspondência. O voto por correspondência deve constar de documento escrito, assinado pelo administrador respectivo e onde conste de forma explícita, a matéria sobre a qual incide o voto por correspondência e o sentido deste.

Oito) As reuniões poderão ter lugar com recurso a meios telefónicos, vídeo-conferência, ou por qualquer outro meio telemático de comunicação que permita às pessoas que participem nas reuniões comunicarem umas com as outras simultânea e instantaneamente, mantendo-se, em tal caso, a necessidade de consignar as deliberações em acta.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO

(Forma de obrigar a sociedade)

Um) A sociedade obriga-se validamente:

- a) Por dois administradores;
- b) Pelo Presidente do Conselho de Administração em conjunto com um administrador;
- c) Por um administrador, dentro dos limites dos poderes que lhe hajam sido delegados, conjuntamente com pelo menos um procurador, quanto aos actos ou categorias de actos definidos na procuração;
- d) Por um administrador, para a prática de um acto que lhe seja especificamente delegado pelo Conselho de Administração.

Dois) Os documentos de mero expediente, bem como saques e endossos de cheques e vales postais entregues em bancos para créditos da conta, apólices de seguros e recibos de créditos de que a sociedades seja titular poderão ser assumidos por um só administrador ou mandatário, este nos termos e limites do respectivo mandato.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO

(Conselho Fiscal)

Um) A fiscalização da sociedade é exercida por um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente.

Dois) Um dos membros efectivos e o suplente têm que ser, obrigatoriamente, auditores de contas ou sociedade auditora de contas.

Três) A Assembleia Geral deverá eleger os membros efectivos e os respectivos suplentes, bem como o Presidente do Conselho Fiscal.

Quatro) O Conselho Fiscal exerce as funções que por lei lhe são cometidas.

CAPÍTULO V

Da aplicação de resultados

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO

(Aplicação dos resultados apurados)

Os lucros do exercício, apurados nos termos da lei, têm sucessivamente, a seguinte aplicação:

- a) Cobertura dos prejuízos dos exercícios anteriores;
- b) Constituição ou reintegração da reserva legal e de outras que foram exigidas por lei;
- c) Remuneração dos administradores e gratificações a atribuir aos trabalhadores, se disso for caso, segundo critério a definir em Assembleia Geral;
- d) O remanescente para constituição, reintegração ou reforço de reservas não impostas por lei ou para dividendos dos accionistas, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

Da dissolução e liquidação

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se apenas por causas previstas na lei.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO

(Liquidação)

Dissolvida a sociedade, será ela liquidada em conformidade com as respectivas disposições legais.

Maputo, cinco de Maio de dois mil e catorze.
— O Técnico, *Ilegível*.

Certlift Mozambique, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, no *Boletim da República*, que por escritura de catorze de Abril de dois mil e catorze, lavrada a folhas sessenta e oito verso a folhas setenta e um, do livro de notas para escrituras diversas número cento noventa e oito, da Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba a cargo de

Yolanda Luisa Manuel Mafumo, conservadora/notaria superior, em pleno exercício das funções notariais, foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada Certlift Mozambique, Limitada, entre os sócios Michael Shand e Gael Louis Alexandre Bellet-Brissaud, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, forma e sede social)

Um) A sociedade tem como sua denominação: Certlift Mozambique, é sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo a sua sede na Avenida do Aeroporto, número dois mil e setecentos e treze, bairro do Alto Gingone, cidade de Pemba, província de Cabo Delgado, podendo estabelecer delegações ou outras formas de representação noutras províncias do país ou no estrangeiro.

Dois) A sociedade poderá por deliberação da assembleia geral transferir a sua sede para qualquer outro ponto do país.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade estabelece-se por um tempo indeterminado. A sua vigência será contada a partir da data da lavração da respectiva Escritura pelo Notariado.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) Prestação de serviços na área de inspecção e testagem de equipamentos de carregamento e descarregamento de cargas.

Dois) Manutenção, reparação e venda de equipamentos de carregamento e descarregamento de cargas/mercadorias.

Três) Comércio a retalho e por grosso com importação e exportação de mercadorias não especificadas e por lei permitidas.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social integralmente subscrito é realizado em dinheiro num valor total de cem mil meticais, correspondente a soma de duas quotas, divididas da seguinte maneira:

- a) Michael Shand, com a quota de setenta mil meticais, correspondentes a setenta por cento do capital social;
- b) Gael Louis Alexandre Bellet-Brissaud, com a quota de trinta mil meticais, correspondentes a trinta por cento do capital social.

ARTIGO QUINTO

(Prestações suplementares)

Não haverá prestações suplementares. Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, ao juro e condições definidas em assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

(Amortização de quotas)

Um) É livre a cessação total ou parcial de quotas entre os sócios.

Dois) A cessação de quotas a terceiros carece de conhecimento da sociedade dado com antecedência de trinta dias por carta registada declarando o nome do sócio adquirente e as condições de cessar ou divisão.

Três) A sociedade reserva o direito de preferência e consentimento nesta cessão ou divisão.

ARTIGO SÉTIMO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reunir-se-á uma vez por ano, mediante uma convocatória, para tratar assuntos tais como:

- a) Apreciação, aprovação, correcção ou rejeição do balanço e das contas desse exercício;
- b) Divisão sobre a aplicação dos lucros e resultados.

Dois) A assembleia geral decorrerá sempre bastando a presença de dois terços do efectivo total.

ARTIGO OITAVO

(Gerência e representação da sociedade)

Um) A sociedade é gerida por um conselho de administração estes nomear um director caso haja necessidade, por deliberação em assembleia geral.

Dois) É desde já indicado o senhor Michael Shand como presidente do conselho de administração, com todos os poderes sobre a empresa sem qualquer exclusão.

Três) É desde já indicado o senhor Philip Young como director executivo com todos os poderes pela parte legal e burocrática bem como os poderes para abrir e trabalhar com os bancos, cujo mandato vigorará desde a data da constituição da sociedade até a data da realização da assembleia geral ordinária que aprova as contas relativas ao primeiro exercício.

ARTIGO NONO

(Competências)

Um) Compete um dos sócios, de acordo as suas disponibilidades representar a sociedade em juízo, fora dela activa e passivamente, praticando todos os actos tendentes a realização do objecto social que a lei ou os presentes estatutos não reservem a assembleia geral.

Dois) Em caso algum a sociedade poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos seus negócios designadamente em fianças letras a favor e abonações.

ARTIGO DÉCIMO

(Distribuição de resultados)

Os lucros apurados em cada exercício da sociedade líquidos de todas as despesas e encargos sociais, separada a percentagem legal para o fundo de reserva legal, enquanto não estiver realizado ou sempre que seja necessário reintegrá-lo, poderão ser distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, se outra não for a deliberação da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Dissolução e transformação da sociedade)

Um) A sociedade dissolve-se por vontade dos sócios, ou nos casos previstos por lei.

Dois) Por morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolve, mas continuarão e exercerão em comum os seus direitos, os herdeiros ou representantes do falecido ou interdito, devendo escolher entre eles um que a todos represente na sociedade enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão resolvidos pelo recurso às disposições do Código Comercial, das sociedades por quotas.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, dezasseis de Maio de dois mil e catorze.
— A conservadora, *Ilegível*.

Camal Comercial, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta do dia vinte e seis de Março de dois mil e catorze, da sociedade matriculada na Conservatória das Entidades Legais sob o n.º 100317648, os sócios deliberaram mudar o endereço físico da Rua John Issa número duzentos e cinquenta e oito, para Avenida Transversal a base Ntchinga, número trezentos e doze, prédio PH2, décimo primeiro andar, em consequência da alteração, fica alterada a composição do artigo primeiro.

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade tem a sua sede social na Avenida Transversal a base Ntchinga número trezentos e doze, prédio PH2 décimo primeiro andar, e as ruas sucursais na Avenida Vinte e Quatro de Julho, número cento e oitenta e quatro, rés-do-chão, e na Avenida Sebastião Marcos Mabote.

Maputo, vinte e um de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Mas Frangos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no oito de Abril de dois mil e catorze, foi registada sob número cem milhões quatrocentos oitenta e um mil oitocentos trinta e nove, nesta Conservatória dos Registos de Nampula a cargo de Macassute Lenço, mestre em Ciências Jurídicas e conservador superior, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada Mas Frangos, Limitada constituída entre os sócios Mussa Amisse Saide, de nacionalidade moçambicana, natural de Nampula portador do Bilhete de Identidade número cento e dez cem cento e seis zero sessenta B, emitido pela Direcção de Identificação Civil de Maputo aos onze de Março dois mil e dez e válido até onze de Março dois mil e quinze, residente no bairro de Alto Maé, Avenida Eduardo Mondlane cidade de Maputo e Muanema Momade, de nacionalidade moçambicana, natural de Nampula portador do Bilhete de Identidade número zero trezentos e dezassete zero cento e cinquenta dois zero vinte e tres J, emitido pela Direcção de Identificação Civil de Maputo aos dez de Dezembro de dois mil e nove e válido até dez de Dezembro de dois mil e catorze, residente no bairro de Ontupaia posto administrativo de Mutiva na cidade de Nacala Porto, província de Nampula, que se rege com base nos artigos que se seguem:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação, Mas Frangos, Limitada, com sede na cidade de Nampula, bairro Momola em frente da cerâmica via de Corane podendo por deliberação do seu sócio transferi-la, abrir, manter ou encerrar sucursais, filiais, escritórios ou qualquer outra forma de representação, onde e quando o sócio achar necessário.

ARTIGO SEGUNDO

Início e duração

O início e constituição da sociedade é a partir do registo com duração por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto a actividade de criação de frangos e a sua respectiva comercialização.

Dois) A sociedade pode desenvolver outras actividades financeiras, industriais e/ou comerciais desde que deliberada em assembleia geral e obtenham as necessárias autorizações.

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social subscrito e integralmente realizado em dinheiro, é de cinquenta mil meticais, dividido nas seguintes quotas:

- a) Uma quota no valor de vinte cinco mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social da sociedade pertencente ao sócio Mussa Amisse Saide;
- b) Uma quota no valor de vinte cinco mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social da sociedade pertencente a sócia Muanema Momade.

ARTIGO QUINTO

Participações noutras sociedades, consórcios, empresas e outros

Os sócios podem acordar em deter participações financeiras noutras sociedades independentemente do seu objecto social, participar em consórcios ou agrupamento de empresas ou outras formas societárias, gestão ou simples participação.

ARTIGO SEXTO

Cessão ou divisão de quotas

A cessão ou divisão de quotas, a título oneroso ou gratuito, será livre entre os sócios, mas para estranhos a sociedade dependerá do consentimento expresso doutros sócios que gozam do direito de preferência.

ARTIGO SÉTIMO

Falência ou insolvência do sócio ou da sociedade, penhora, arresto, venda ou adjudicação judicial duma quota

Em caso de falência ou insolvência da sócia ou da sociedade, penhora, arresto, venda ou adjudicação judicial duma quota, poderá a sociedade amortizar qualquer das restantes, com a anuência do seu titular.

ARTIGO OITAVO

Administração e representação da sociedade

Um) A administração e representação da sociedade em juízo e fora dele activa ou passivamente será exercida pelos sócios Mussa Amisse Saide e Muanema Momade, que desde já são nomeados administradores.

Dois) Compete a administração a representação da sociedade em todos os seus actos, activa e passivamente, em juízo e fora dele, tanto na ordem jurídica interna como internacional, dispondo dos mais amplos poderes legalmente consentidos para a prossecução e realização do objecto social, designadamente, quando o exercício da gestão corrente dos negócios sociais.

Três) Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura dos administradores que poderão designar um ou mais mandatários e neles delegar total ou parcialmente os seus poderes.

ARTIGO NONO

Assembleia

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente por iniciativa da sócia, sendo uma vez por ano para prestação, modificação do balanço e contas sem descurar da convocação extraordinária sempre que for necessário.

Dois) A convocação para assembleia geral será com antecedência mínima de quinze dias e por meio de carta, *e-mail* e dirigida ao sócios.

ARTIGO DÉCIMO

Lucros líquidos

Os lucros líquidos, depois de deduzida a percentagem a se estipular em assembleia geral, para formação ou reintegração do fundo de reserva legal, serão dividido pelos sócios, na proporção das suas quotas, e na mesma proporção serão suportados os prejuízos se os houver.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Alteração do pacto, dissolução da sociedade

A alteração do pacto social ou a dissolução da sociedade será nos casos previstos na lei, e aí a liquidação, seguirá os termos deliberados pelos sócios.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Disposições gerais

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e contas de resultados, fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano.

Três) Em tudo que estiver omissa, será resolvido por deliberação da sócia ou por legislação vigente e aplicável.

Nampula, catorze de Abril de dois mil e catorze. — O Conservador, *Ilegível*.

Edimoz, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezanove de Julho de dois mil e treze, foi registada sob número cem milhões quatrocentos e dez mil cento e nove, nesta Conservatória dos Registos de Nampula a cargo de Macassute Lenço, mestre em Ciências Jurídicas e conservador superior dos registos e notariado, por deliberação da assembleia geral de vinte e quatro de Fevereiro do ano dois mil e catorze, foram alterados os artigos primeiro, quarto e quinto que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

A sociedade adopta a denominação de Edimoz, Limitada.

ARTIGO QUARTO

(capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de duzentos mil meticais, correspondente a quatro quotas distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma de cinquenta mil meticais, pertencente ao sócio António Pedro Pereira Abreu;
- b) Uma de cinquenta mil meticais, pertencente ao sócio Armindo Sousa Rocha;
- c) Uma de cinquenta mil meticais, pertencente ao sócio Fernando Martins da Silva;
- d) Uma de cinquenta mil meticais, pertencente ao sócio José Filipe Fernandes Teixeira Forte.

Dois) Podendo de mútuo acordo entre os sócios, procederem ao aumento de capital social e admitirem novos sócios.

ARTIGO QUINTO

(Administração e representação da sociedade)

Um) A administração e gerência da sociedade será exercida por todos sócios, António Pedro Pereira Abreu, Armindo Sousa Rocha, Fernando Martins da Silva e José Filipe Fernandes Teixeira Forte com dispensa de caução e com ou sem remuneração.

Dois) Para efeitos de movimentação de contas bancárias é obrigatória assinatura de dois gerentes.

Nampula, vinte e sete de Março de dois mil e catorze. — O Conservador, *Ilegível*.

Millennium Business – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezasseis de Novembro de dois mil e dez, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100188392, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedades, nos termos do artigo noventa do Código Comercial por: Herder Helena Francisco Liçai, representados neste acto pelo senhor Abdul Remane Faquir Bay Ismael, na qualidade de procurador, certifico com a procuração que arquivo.

Pelo presente contrato de sociedade outorga e constitui uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Hélder Helena Francisco Licai, maior, de nacionalidade moçambicana, titular do Bilhete

de Identidade n.º 110100290961C, emitido em Maputo, aos seis de Julho de dois mil e dez, residente na cidade da Matola, Rua R, quarteirão treze, casa número cento e oitenta e sete, constitui nos termos do artigo noventa do Código Comercial uma sociedade que se regerá pelos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

A sociedade adopta a denominação Millennium Business – Sociedade Unipessoal, Limitada, reger-se-á pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade constitui-se por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da presente escritura.

ARTIGO TERCEIRO

Sede

Um) A sociedade tem a sua sede social na avenida Ngungunhana, número duzentos e setenta e cinco, bairro Chambone 6, cidade de Maxixe, província de Inhambane.

Dois) Mediante simples deliberação da administração, a sociedade poderá abrir sucursais, filiais ou qualquer outra forma de representação no país e no estrangeiro bem como transferir a sede para qualquer outro local do território nacional.

ARTIGO QUARTO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto principal o exercício das seguintes actividades:

- a) Consultoria, assessoria e prestação de serviços na área de contabilidade e informática, prestação de serviços conexos;
- b) Assistência técnica;
- c) Comunicação, *design*, publicidade, *marketing* e impressão;
- d) Venda de materiais de escritório e de equipamento informático;
- e) Livraria e papelaria;
- f) Indústria de construção civil e turística;
- g) Representação comercial de empresas estrangeiras e franquias;
- h) O exercício de comércio em geral, nele se compreendendo as actividades de importação e de exportação, comissões, consignações e agenciamento.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer outras actividades conexas ou complementares e ou subsidiárias da actividade principal, desde que permitidas por lei.

Três) Mediante deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá participar, directa ou indirectamente, no desenvolvimento de projectos que de alguma forma concorram para o preenchimento do seu objecto social, bem como, com o mesmo objectivo, aceitar concessões, adquirir participações no capital de quaisquer sociedades, independentemente do respectivo objecto social, ou ainda participar em empresas, associações empresariais, agrupamentos de empresas ou outras formas de associação.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUINTO

Capital social

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de vinte mil meticais, representado por uma quota de igual valor, de que é titular o sócio Helder Helena Francisco Licai.

CAPÍTULO III

Da administração e representação da sociedade

ARTIGO SEXTO

(Administração da sociedade)

Um) A administração e representação da sociedade serão conferidas a um conselho de administração, composto por dois, administradores a serem eleitos pelo sócio unitário.

Dois) A sociedade obriga-se pela assinatura de um administrador.

Três) A sociedade pode constituir mandatário mediante a outorga de procuração adequada para o efeito.

Quatro) O sócio único fica, desde já autorizada a celebrar com própria sociedade os seguintes negócios jurídicos:

- a) Constituição de empréstimos e concessão de créditos;
- b) Alienação de bens móveis ou imóveis;
- c) Oneração de partes de capital de sociedades em que participa.

Cinco) Os negócios jurídicos referidos no número anterior devem obedecer sempre à forma legalmente prescrita e, em qualquer caso, devem observar a forma escrita.

Seis) O sócio único deverá manter, na sede da sociedade, os documentos relativos aos negócios celebrados com a própria sociedade de forma a poderem ser consultados a todo o tempo por qualquer interessado.

Sete) Os documentos referidos no número anterior deverão ser juntos aos documentos de prestação de contas, deles fazendo parte integrante.

Oito) O não cumprimento no disposto nos números anteriores implica a nulidade dos negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade e ainda a responsabilização ilimitada daquela.

ARTIGO SÉTIMO

Responsabilidade dos administradores

Um) Os administradores respondem civil e criminalmente para com a sociedade, pelos danos a esta causados por actos ou omissões praticados com a preterição dos deveres legais e contratuais.

Dois) É proibido aos membros da administração ou seus mandatários obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras, fianças, avals e semelhantes.

CAPÍTULO IV

SECÇÃO I

Do balanço e prestação de contas

ARTIGO OITAVO

Balanço

Um) Anualmente será dado um balanço fechado com a data de trinta e um de Dezembro.

Dois) Os lucros líquidos que o balanço registar terão a seguinte aplicação:

- a) A percentagem indicada para construir o fundo de reserva legal, enquanto não estiver realizado, nos termos da lei ou sempre que seja necessário reintegrá-lo;
- b) O remanescente dos lucros será aplicado nos termos e condições a serem estipuladas pelo sócio unitário.

SECÇÃO II

Das disposições finais

ARTIGO NONO

Dissolução

Um) A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos por lei.

Dois) Em caso de dissolução o sócio procederá como liquidatário.

ARTIGO DÉCIMO

Casos omissos

Em tudo omissos, regularão as disposições do Decreto-lei numero dois barra dois mil e cinco de vinte sete de Dezembro, e a restante legislação aplicável e em vigor na República de Moçambique.

Conservatória dos Registos de Inhambane, dezasseis de Novembro de dois mil e dez. — O ajudante, *Ilegível*.

Mafufa Tchetu Company, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura do dia vinte e quatro de Abril de dois mil e catorze, lavrada a folhas um e seguintes, do livro de escrituras diversas número noventa e quatro, do Segundo Cartório Notarial da Beira, foi constituída entre, Orlando Manuel Teze, Nilton Arnaldo Roberto, Bulande José Araújo Sande Chale, Santos Paulo Domingos Saguete e Justino Felizberto Justino uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, Sociedade Unipessoal, a qual rege-se-á nos termos das cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

A Sociedade adopta a denominação de Mafufa Tchetu Company, Limitada e é abreviadamente conhecida por MTC Limitada.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede, representações ou sucursais)

A sociedade tem a sua sede na cidade da Beira, província de Sofala, podendo, abrir, encerrar filiais, agências, delegações, sucursais ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro, bastando a deliberação da assembleia geral e a devida autorização legal.

ARTIGO TERCEIRO

(Duração)

A duração da sociedade será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua escritura.

ARTIGO QUARTO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto:

- a) O reconhecimento, prospecção, pesquisa, extracção, exploração e comercialização de minerais;
- b) A prestação de serviços afins à prospecção, pesquisa, extracção, exploração e comercialização de minerais.

Dois) Para a concretização do seu objecto, a sociedade poderá celebrar, com entidades nacionais ou estrangeiras, contratos de concessão, exploração, prestação de serviços, consultoria, transporte, locação e outros que se mostrem ajustados à prossecução dos seus fins.

Três) Por deliberação da assembleia geral, a Sociedade poderá exercer qualquer outro ramo de actividade desde que esteja devidamente autorizada pelas autoridades competentes, assim como participar no capital de outras sociedades, associar-se a elas sob qualquer forma legalmente consentida.

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cento e vinte mil metcais, correspondente a soma de cinco quotas, assim distribuídas:

- a) Uma quota no valor nominal de trinta seis mil metcais, correspondente a trinta por cento pertencente ao sócio Orlando Manuel Teze;
- b) Uma quota no valor nominal de trinta e seis mil metcais, correspondente a trinta por cento pertencente ao sócio do capital social Nilton Arnaldo Roberto;
- c) Uma quota no valor nominal de trinta e seis mil metcais, para o sócio correspondente a trinta por cento do capital social Bulande José Araújo Sande Chale;
- d) Uma quota no valor nominal de quatro mil e oitocentos metcais correspondente a quatro por cento pertencente ao sócio Santos Paulo Domingos Saguete;
- e) Uma quota no valor nominal de sete mil e duzentos metcais correspondente a seis por cento pertencente ao sócio Justino Felizberto Justino.

ARTIGO SEXTO

(Aumento de capital)

O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, mediante entrada em numerário ou em espécie, pela incorporação dos suprimentos feitos a sociedade pelos sócios ou por capitalização de todo ou parte dos lucros ou das reservas, mediante deliberação da assembleia geral.

ARTIGO SÉTIMO

(Suprimentos)

Não haverá prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer.

ARTIGO OITAVO

(Cessão de quotas)

Um) A cessão de quotas ou parte delas a estranhos ou entre os sócios fica dependente do consentimento da sociedade, gozando do direito de preferência os sócios, que o exercerão individualmente.

Dois) Se os sócios não pretenderem usar o direito de preferência nos quinze dias subsequentes à colocação da quota à sua disposição, poderá o sócio cedente transferi-la a quem entender nas condições em que a ofereceu à sociedade.

ARTIGO NONO

(Obrigações)

Um) À deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá emitir nos termos precisos da lei aplicável, qualquer título de dívida, nomeadamente obrigações convertíveis,

Dois) Nos mesmos termos, a sociedade poderá adquirir obrigações próprias e efectuar sobre elas as operações que sejam necessárias e convenientes aos interesses sociais.

ARTIGO DÉCIMO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reunir-se-á uma vez por ano para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício e para deliberar sobre quaisquer outros assuntos para a qual tenha sido convocada e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Dois) A assembleia geral será convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por sua iniciativa ou mediante solicitação de, pelo menos, dois sócios.

Três) Em caso da falta de convocação da assembleia geral pelo presidente da mesa no prazo de trinta dias contados da data da solicitação escrita dos sócios, os sócios interessados poderão convocar a assembleia geral.

Quatro) A convocação da assembleia geral deve ser feita por meio de carta registada aos sócios, com a antecedência mínima de quinze dias, que poderá ser reduzida para cinco dias em caso de extraordinária.

Cinco) Consideram-se como regularmente convocados os sócios que comparecerem a reunião ou que tenha assinado o aviso convocatório.

Seis) A assembleia geral é presidida pelo presidente da mesa da assembleia geral, o qual será substituído, nas suas faltas e impossibilidades, pelo secretário da mesa e na ausência deste, por qualquer dos sócios maioritários.

Sete) A mesa da assembleia geral é composta pelo presidente e por um secretário.

Oito) Compete, em especial à assembleia geral, dentre outros:

- a) Eleger e destituir os titulares dos órgãos sociais;
- b) Conferir posse aos titulares dos órgãos sociais;
- c) Aprovar os planos e programas de actividades da sociedade propostos pelo conselho de gerência e pelo órgão fiscal;
- d) Aprovar o balanço, a conta de ganhos e perdas e o relatório anuais produzidos pela gerência;
- e) Deliberar a aplicação dos resultados do exercício;
- f) Deliberar a alteração dos estatutos;

g) Deliberar o aumento do capital social;

h) Deliberar a cisão, fusão, transformação e dissolução da sociedade;

i) Aprovar o regulamento geral interno e demais regulamentos e regimentos necessários ao funcionamento da sociedade;

j) Aprovar a estrutura orgânica dos órgãos sociais e de toda a sociedade;

k) Autorizar ao administrador-geral e ao órgão fiscal a delegar determinadas competências;

l) Autorizar ao conselho de gerência a celebrar acordos, convénios e outros actos que, não sendo actividades correntes, obriguem externamente a sociedade;

m) outras competências que, nos termos da lei e dos estatutos não sejam da competência doutros órgãos.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Gerência)

Um) A administração e gestão da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabe a um conselho de gerência composto por um administrador-geral e um vice-administrador-geral, bastando a sua assinatura para vincular a sua sociedade.

Dois) Sempre que necessário, o sócio-administrador-geral poderá nomear um mandatário para representar a sociedade, o que o fará mediante procuração notarial, precedida de autorização da assembleia geral, excepto as procurações forenses que não carecem de deliberação prévia da assembleia geral.

Três) O administrador-geral é substituído, nas suas faltas ou impossibilidades, pelo vice-administrador-geral e nas faltas ou impossibilidades deste, por um sócio indicado pela mesa da assembleia geral.

Quatro) O administrador-geral poderá delegar parte dos seus poderes aos sócios, e, para estranhos, dependerá de prévio consentimento da sociedade em deliberação da assembleia geral.

Cinco) De nenhum modo a gerência poderá obrigar a sociedade em actos e contratos a ela estranhos, designadamente em letras de favor, fianças e abonações, sem prévia deliberação da assembleia geral.

Seis) Compete, em especial, ao conselho de gerência, dentre outros:

- a) Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos e o regulamento interno, e dirigir toda a actividade da sociedade;
- b) Propor a estrutura orgânica da sociedade e os regulamentos necessários ao seu funcionamento;
- c) Promover a execução das deliberações da assembleia geral;
- d) Representar a sociedade em juízo e fora dele;

e) Propor à assembleia-geral a criação de delegações ou de outras formas de representação da sociedade;

f) Nomear os delegados da gerência nas delegações regionais ou locais e em outros estabelecimentos;

g) Administrar os bens e gerir os fundos da sociedade;

h) Apresentar o programa trienal de actividades;

i) Apresentar anualmente o plano de actividades;

j) Elaborar e apresentar anualmente à assembleia-geral o relatório e contas da gerência, bem como a aplicação do saldo e o orçamento para o ano seguinte;

k) Elaborar e fazer cumprir regulamentos sobre assuntos da sua competência;

l) Requerer ao presidente da mesa da assembleia geral a convocação de assembleias extraordinárias, sempre que entenda conveniente;

m) Contratar o pessoal necessário para a prossecução das actividades da sociedade;

n) Assinar cheques, letras e livranças, donde constem, no mínimo, duas assinaturas obrigatórias;

o) Exercer todas as actividades que, pelos estatutos e pela lei, não sejam doutros órgãos.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Órgão fiscal)

Um) A fiscalização da sociedade é feita por um único fiscal, eleito dentre os sócios.

Dois) Para o exercício efectivo das suas funções o fiscal pode contar com uma estrutura técnica ou contratar serviços de auditoria externa, sempre que for necessário, devendo neste último caso, obter a anuência da assembleia geral.

Três) Compete, em especial ao órgão fiscal, dentre outros:

- a) Examinar a contabilidade da sociedade pelo menos uma vez em cada semestre;
- b) Dar parecer sobre o orçamento, relatório e contas apresentados pela gerência;
- c) Requerer ao presidente da mesa da assembleia geral a convocação de reuniões extraordinárias, sempre que entenda conveniente;
- d) Dar parecer relativamente a matérias que envolvam responsabilidade patrimonial, financeira, civil, administrativa, disciplinar e criminal;
- e) Apresentar o plano e o relatório de actividades anuais à assembleia geral.

Quatro) Para o exercício das suas funções, o órgão fiscal tem livre acesso aos gabinetes, arquivos, livros e outros locais e bens da sociedade necessários para o efeito.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Designação e mandato)

Os titulares dos órgãos sociais, designadamente o presidente e o secretário da mesa da assembleia geral, o administrador-geral e vice-administrador-geral e o fiscal são eleitos em assembleia geral para um mandato de três anos, renováveis.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Derrogação)

As normas legais dispositivas poderão ser derogadas por deliberação social

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Contrato dos sócios com a sociedade)

Um) Fica autorizada a celebração de quaisquer contratos entre os sócios e a sociedade, incluindo contratos de trabalho, desde que se prendam com o objecto social.

Dois) Pelas funções exercidas pelos sócios na sociedade serão remunerados nos termos a deliberar pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Contas e resultados)

Um) Anualmente será dado um balanço com a data de trinta e um de Dezembro. Os lucros que o balanço registar, líquidos de todas as despesas e encargos terão a seguinte aplicação:

- Constituição do fundo de reserva legal, enquanto não estiver realizado nos termos da lei, ou sempre que seja necessário reintegrá-lo;
- Constituição de outras reservas que seja decidido criar, em quantias que os sócios julgarem conveniente.

Dois) Os lucros a apurar, depois de deduzidos os fundos de reserva necessários e as obrigações tributárias, serão para dividendos aos sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Inabilitação, interdição ou morte do sócio)

Um) A sociedade não se dissolve com a inabilitação ou interdição dos sócios, ficando a ser gerida pelos herdeiros ou por quem lhes represente.

Dois) Por morte ou interdição de qualquer sócio, os herdeiros ou representantes do falecido ou interdito exercerão em comum os respectivos direitos enquanto a quota permanecer indivisa, devendo de entre eles nomear um que a todos represente na sociedade.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Dissolução)

A sociedade só se dissolve nos casos fixados pela lei. Dissolvendo-se por acordo dos sócios, todos eles serão liquidatários, devendo proceder a sua liquidação como então deliberarem.

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Funcionamento)

A sociedade entra em actividade na data da assinatura e reconhecimento notarial do presente contrato e depois de cumpridas todas as formalidades legais.

ARTIGO VIGÉSIMO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais relativas às sociedades por quotas e pela demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Está conforme.

Segundo Cartório Notarial da Beira, dois de Maio de dois mil e catorze. — A Notária Técnica, *Argentina Ndazirenhe Sitole*.

Armazém da Indústria L. Kalimullah, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura do dia vinte e seis de Agosto de dois mil e treze, lavrada de folhas cento vinte e sete e seguintes, do livro de escrituras diversas número nove, da Terceira Conservatória do Registo Civil e Notariado da Beira, na sociedade em epígrafe se procedeu a cessão de quotas, e entrada da nova sócia, tendo culminado com alteração parcial do pacto social e em consequência desta, o mesmo passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação, Armazém da Indústria L. Kalimullah, sociedade unipessoal, limitada.

ARTIGO QUINTO

O capital social subscrito e integralmente realizado em dinheiro é de duzentos mil meticais, correspondente á uma única quota de cem por cento do capital social pertencente á nova sócia Anisha Banoo Faruk Esmail.

ARTIGO NONO

A administração e a representação em juízo e fora dele, activa e passivamente pertence á sócia única Anisha Banoo Faruk Esmail.

Em tudo o mais do pacto social, mantêm-se válido e inalterável.

Está conforme.

Terceira Conservatória do Registo Civil e Notariado da Beira, vinte e oito de Abril de dois mil e catorze. — O Notário, *Mário de Amélia Michone Torres*.

Supermercado da Baixa-Beira, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura do dia vinte e seis de Agosto de dois mil e treze, lavrada de folhas cento e quinze e seguintes, do livro de escrituras diversas número nove, da Terceira Conservatória do Registo Civil e Notariado da Beira, na sociedade em epígrafe se procedeu a cessão de quota, tendo culminado com alteração do artigo quinto e em consequência desta operação, o pacto social passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO QUINTO

O capital social, subscrito e integralmente realizado em dinheiro, é de dez milhões de meticais, correspondente á uma quota de quatro milhões de meticais, pertencente ao sócio Mahomed Faruk Esmail Mahomed, uma quota de dois milhões e oitocentos mil meticais, pertencente á sócia Anisha Banoo Faruk Esmail, uma quota de um milhão e oitocentos mil meticais, pertencente ao sócio, Muhammad Hassan Faruk Esmail e uma quota de um milhão e quatrocentos mil meticais, pertencente á sócia Amrin Faruk Esmail.

Em tudo o mais do pacto social, mantêm-se válido e inalterável.

Está conforme.

Terceira Conservatória do Registo Civil e Notariado da Beira, vinte e oito de Abril de dois mil e catorze. — O Notário, *Mário de Amélia Michone Torres*.

Edma Construções, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura pública de treze de Março de dois mil e catorze, lavrada de folhas trinta e duas a trinta e oito, do livro de notas para escrituras diversas número oitocentos e oitenta e um traço B do Primeiro Cartório Notarial de Maputo, perante mim Lubélia Ester Muiane, licenciada em Direito, técnica superior dos registos e notariado N1 e notária do referido cartório, de harmonia com a acta avulsa da assembleia geral sem número, datada de seis de Março de dois mil e catorze, o sócio Eugénio

Salomão Mambo, cede na totalidade a sua quota a favor dos sócios Lurdes Matsinhe e Leonel João Baptista Sarmento, apartando-se deste modo da sociedade e consequentemente a sua transformação de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, passando deste modo a denominar-se Edma Construções, Limitada.

Em consequência da referida cessão de quota, transformação da sociedade unipessoal para sociedade por quotas de responsabilidade limitada, procedeu à alteração integral dos estatutos da sociedade, os quais passarão a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

Um) A sociedade adopta a denominação de Edma Construções, Limitada.

Dois) A sua duração é indeterminada, contando a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo.

Dois) A gerência poderá mudar a sede social para qualquer outro local, dentro da mesma cidade ou mesmo distrito, e poderá abrir sucursais, filiais, delegações ou outras formas de representação quer no estrangeiro quer no território nacional, devendo notificar os sócios por escrito dessa mudança.

ARTIGO TERCEIRO

(Objectivo)

A sociedade tem por objecto as seguintes actividades:

- a) Construção civil e obras públicas, podendo por deliberação da assembleia geral, exercer directa ou indirectamente quaisquer outras actividades conexas, complementares ou subsidiárias do seu objecto principal, desde que não contrariadas pela lei;
- b) A sociedade poderá ainda, mediante deliberação da assembleia geral, participar directa ou indirectamente em empreendimentos que de alguma forma concorram para a persecução do seu objecto social, e do mesmo modo, aceitar concessões, adquirir e alienar imóveis, ser eleita para órgãos sociais das sociedades em cujo capital social participe, bem como participar em empresas, associações empresariais, agrupamentos de empresas ou quaisquer outras formas de associação em direito permitidas.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital da sociedade é de dez milhões de meticais, integralmente subscritos e realizado em dinheiro e distribuído pelos sócios da maneira como a seguir se descremina:

- a) Lurdes Matsinhe, sete milhões de meticais, correspondente a setenta por cento;
- b) Leonel João Baptista Sarmento, três milhões de meticais, correspondente a trinta por cento.

ARTIGO QUINTO

(Prestações suplementares)

Um) Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, desde que a assembleia geral assim o decida, até ao limite correspondente a cem vezes o capital social.

Dois) Os sócios poderão fazer à sociedade suprimentos, quer para titular empréstimos em dinheiro quer para titular o deferimento de créditos de sócios sobre a sociedade, nos termos que forem definidos pela assembleia geral que fixará os juros e as condições de reembolso.

ARTIGO SEXTO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) A cessão de quotas entre os sócios não carece do consentimento da sociedade ou dos sócios, sendo livre.

Dois) A cessão de quotas a favor de terceiros depende do consentimento da sociedade mediante deliberação dos sócios.

Três) Os sócios gozam do direito de preferência na cessão de quotas terceiros, na proporção das suas quotas e com o direito de acrescentar entre si.

ARTIGO SÉTIMO

(A amortização de quotas)

Um) A sociedade pode amortizar quotas nos seguintes casos:

- a) Acordo com o respectivo titular;
- b) Morte ou dissolução e bem assim insolvência ou falência do titular;
- c) Se a quota for arrestada, penhorada ou por qualquer outra forma deixar de estar na livre disponibilidade do seu titular;
- d) No caso de recusa de consentimento à cessão, ou de cessão a terceiros sem observância do estipulado no artigo sexto do pacto social.

Dois) Caso a sociedade recuse o consentimento à cessão, poderá amortizar ou adquirir para si a quota.

Três) A sociedade só pode amortizar quotas se, á data da deliberação e depois de satisfazer a contrapartida da amortização a sua situação

liquida não ficar inferior à soma do capital e das reservas, salvo se simultaneamente deliberar a redução do capital social.

Quatro) O preço de amortização será o apurado com base no último balanço aprovado acrescido da parte proporcional das reservas que não se destinem a cobrir prejuízos, reduzido ou acrescido da parte proporcional de diminuição ou aumento do valor contabilístico do activo líquido posterior ao referido balanço. Sendo o preço apurado pago em prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira trinta dias após a data da deliberação.

ARTIGO OITAVO

(Convocação e reunião da assembleia geral)

Um) A assembleia geral reunirá ordinariamente, uma vez por ano para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, e extraordinariamente sempre que for necessário.

Dois) A assembleia geral é convocada pelo gerente ou por sócios representando pelo menos cinco por cento do capital, mediante carta registada com aviso de recepção dirigido aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias.

Três) A assembleia geral poderá reunir e validamente deliberar sem dependência de prévia convocatória se todos os sócios estiverem presentes ou representados e manifestarem unanimidade a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto, salvo nos casos em que a lei o proíbe.

Quatro) Os sócios individuais poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por terceiros estranhos à sociedade, mediante procuração com poderes especiais, os sócios pessoas colectivas far-se-ão representar pelo representante nomeado em acta da sua respectiva assembleia geral.

ARTIGO NONO

(Competências)

Um) Dependem de deliberação da assembleia geral os seguintes actos, além de outros que a lei indique:

- a) Nomeação e exoneração dos gerentes;
- b) Amortização, aquisição e oneração de quotas;
- c) Chamada e restituição de prestações suplementares de capital;
- d) Alteração do contrato de sociedade;
- e) Aquisição, oneração, alienação, cessão de exploração e trespasse de estabelecimento comercial da sociedade;
- f) Propositura de acções judiciais contra gerentes.

ARTIGO DÉCIMO

(Quórum, representação e deliberação)

Um) Por cada quinhentos meticais do capital corresponde um voto.

Dois) As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples (cinquenta e um por cento dos votos presentes ou representados).

Três) São tomadas por maioria qualificada de setenta e cinco por cento do capital as deliberações sobre a alteração ao contrato de sociedade, fusão, transformação e dissolução de sociedade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Administração da sociedade)

Um) A sociedade é administrada e representada por um ou mais gerentes a eleger pela assembleia geral por mandatos de três anos os quais são dispensados de caução, podendo ou não ser sócio e podem ou não ser reeleitos.

Dois) Os gerentes terão todos os poderes necessários à administração dos negócios da sociedade, podendo designadamente abrir e movimentar contas bancárias, aceitar, sacar, endossar letras e livranças e outros efeitos comerciais, contratar e despedir pessoal, tomar de aluguer ou arrendamento bens móveis e imóveis incluindo naqueles os veículos automóveis.

Três) Os gerentes poderão constituir procuradores da sociedade para prática de actos determinados ou categorias de actos e delegar entre si os respectivos poderes para determinados negócios ou espécies de negócios.

Quatro) Para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos é necessária assinatura ou intervenção de dois gerentes.

Cinco) É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em finanças, abonações, letras, depósitos e outros actos e contratos estranhos ao objecto social.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Exercício, contas e resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) Os lucros líquidos apurados, deduzidos da parte destinada a reserva legal e a outras reserva que a assembleia geral deliberar constituir serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Dissolução e liquidação)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos na lei.

Dois) A liquidação será feita na forma aprovada por deliberação dos sócios.

Está conforme.

Maputo, um de Abril de dois mil e catorze, O ajudante, *llegível*.

Sourcing & Logistics Solutions, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia catorze de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100492105, uma sociedade denominada Sourcing & Logistics Solutions, Limitada.

Entre:

Eurico Domingos Gonçalves, casado com Lizia Muchanga Gonçalves, natural de Maputo, residente em Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100316789A, emitido em Maputo aos quinze de Julho de dois mil e dez, pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo;

Mirage Camal, casado com Sandra Brites Ramos, natural de Maputo, residente em Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100163872S, emitido em Maputo aos vinte e dois de Abril de dois mil e dez, pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo;

Sandra Margarida Gervásio Clifton, casada com Gareth Mark Clifton, natural de Lifidzi-Angónia, residente em Maputo, portadora do Bilhete de Identidade n.º 110100188218S, emitido em Maputo aos seis de Maio de dois mil e dez, pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo.

É, nos termos do artigo um do Decreto número três barra dois mil e seis, constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas cláusulas do presente contrato:

ARTIGO UM

(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação de Sourcing & Logistics Solutions, Limitada e é constituída sob forma de sociedade por quotas, por tempo indeterminado, regendo-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável em vigor.

ARTIGO DOIS

(Sede social)

Um) A sociedade tem a sua sede na Avenida Ahmed Sekou Touré, número dois mil, flat doze, bairro Central, na cidade de Maputo, em Moçambique.

Dois) Mediante decisão da administração a sociedade poderá abrir sucursais, filiais, agências ou qualquer outra forma de representação comercial, bem como transferir a sede social para qualquer parte do território nacional.

ARTIGO TRÊS

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto consultoria, assessoria, comissões, assistência técnica e

prestação de serviços de logística geral a áreas do ramo comercial e industrial.

Dois) Desalfandagem e desembaraço de mercadorias,

Três) Frete aéreo, rodoviário e marítimo de mercadorias e carga em geral.

Quatro) Serviço de manuseamento geral de cargas e agenciamento de mercadorias.

Cinco) Mediante decisão da administração, sujeita à aprovação pela assembleia geral, a sociedade poderá participar, directa ou indirectamente, em projectos de desenvolvimento que concorram para o preenchimento do seu objecto social, participar no capital de outras sociedades, associações empresariais, grupos de empresas ou qualquer outra forma de associação legalmente permitida.

ARTIGO QUATRO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado é de dez mil meticais, e corresponde à soma de três quotas assim distribuídas:

- a) Uma quota no valor nominal de quatro mil e setecentos meticais, representativa de quarenta e sete por cento do capital social da sociedade, pertencente ao sócio Eurico Domingos Gonçalves;
- b) Uma quota no valor nominal de quatro mil e setecentos meticais, representativa de quarenta e sete por cento do capital social da sociedade, pertencente ao sócio Mirage Camal;
- c) Uma outra quota no valor nominal de seiscentos meticais representativa de seis por cento do capital social da sociedade pertencente à sócia Sandra Margarida Gervásio Clifton.

Dois) O capital social da sociedade pode ser aumentado mediante deliberação da assembleia geral, e os sócios gozam do direito de preferência relativamente a qualquer eventual aumento, de acordo com a lei.

ARTIGO CINCO

(Quotas próprias)

A sociedade, devidamente representada pela administração e sujeita à aprovação da assembleia geral, poderá, nos termos legais, adquirir quotas próprias e realizar, a respeito das mesmas, quaisquer operações que considere convenientes para prosseguir os interesses da sociedade.

ARTIGO SEIS

(Prestações suplementares, acessórios e suprimentos)

Não serão exigíveis aos sócios quaisquer pagamentos complementares ou acessórios,

podendo, no entanto, os sócios conceder quaisquer empréstimos que forem necessários à sociedade, em termos e condições a estabelecer pela assembleia geral.

ARTIGO SETE

(Transmissão de quotas)

Um) A transmissão de quotas entre os sócios é livre.

Dois) Os sócios gozam do direito de preferência na transmissão de quaisquer quotas da sociedade a favor de terceiros, a exercer na proporção das respectivas quotas.

Três) O sócio que pretenda transmitir a sua quota na sociedade deverá comunicar, por escrito, aos restantes sócios, com a indicação do respectivo preço, identificação do potencial adquirente e demais condições da pretendida transmissão, de modo a que os outros sócios possam exercer o seu direito de preferência na aquisição da quota a ser transmitida.

Quatro) O preço e condições de pagamento das quotas em caso de exercício de direito de preferência pelos sócios serão regulados por mútuo acordo.

ARTIGO OITO

(Amortização de quotas)

Um) A amortização de quotas na sociedade terá lugar apenas nos casos de exclusão ou exoneração de um sócio e deverá processar-se de acordo com o estabelecido na lei.

Dois) À sociedade é reservada a prerrogativa de, ao invés de amortizar a quota, adquiri-la para si, atribuí-la a um sócio ou a um terceiro interessado.

Três) O preço da amortização será conforme vier a ser determinado por um auditor independente, devendo ser liquidado em três prestações iguais, que se vencem em seis, doze e dezoito meses após a sua determinação definitiva por tal auditor independente.

ARTIGO NOVE

(Exclusão e exoneração de sócio)

Um) A exclusão de um sócio da sociedade, poderá ter lugar nas seguintes circunstâncias:

- a) Quando o sócio venha a ser declarado insolvente por meio de decisão judicial final (res judicata);
- b) Nos casos em que a quota seja transmitida sem o cumprimento das disposições previstas nos presentes estatutos;
- c) Nos casos em que a quota seja onerada sem o prévio consentimento da sociedade, a ser dado por meio de deliberação da assembleia geral;
- d) Caso o titular da quota envolva a sociedade em actos ou contratos que estejam para além do seu objectivo social.

Dois) A exclusão de um sócio poderá, igualmente, ter lugar mediante decisão judicial obtida com fundamento no comportamento desleal ou gravemente perturbador do referido sócio.

Três) A exoneração de um sócio poderá ter lugar sempre que os restantes sócios, contra o seu voto, deliberem:

- a) Um aumento de capital a ser total ou parcialmente subscrito por terceiros;
- b) A transferência da sede da sociedade para outro país.

Quatro) Em qualquer dos casos, o sócio só pode exonerar-se se a sua quota estiver integralmente realizada.

ARTIGO DEZ

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reúne, ordinariamente, nos primeiros três meses seguintes ao fim de cada exercício para:

- a) Analisar e deliberar sobre o balanço anual e o relatório da administração;
- b) Analisar e deliberar sobre a aplicação de resultados.

Dois) A assembleia geral poderá reunir, extraordinariamente, sempre que a administração considere necessário ou quando requerida pelos sócios que representem, pelo menos, dez por cento do capital social.

Três) A assembleia geral reúne, em princípio, na sede da sociedade, podendo, no entanto, reunir em qualquer outro local dentro do território nacional, se assim for decidido pela administração e devidamente notificado aos sócios.

Quatro) As actas de todas as reuniões da assembleia geral serão lavradas em livro próprio e assinadas por todos os sócios. Alternativamente, as actas poderão ser lavradas em folhas soltas e assinadas pelos sócios, sendo as assinaturas reconhecidas na presença de um notário.

Cinco) Os sócios poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por um advogado, por outro sócio ou por um dos administradores da sociedade, por meio de procuração emitida especificamente para cada reunião. Os sócios que sejam pessoas colectivas far-se-ão representar nas assembleias gerais por qualquer pessoa nomeada para esse efeito, mediante simples carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral, até ao último dia útil anterior à data da realização da assembleia geral.

Seis) Salvo disposição em contrário nos presentes estatutos ou na legislação aplicável, as seguintes deliberações deverão ser aprovadas por unanimidade dos votos dos sócios:

- a) A fusão com outras sociedades;
- b) A dissolução e a liquidação da sociedade.

ARTIGO ONZE

(Convocação da assembleia geral)

Um) A assembleia geral será convocada por qualquer administrador, por meio de carta registada, enviada com a antecedência mínima de quinze dias.

Dois) Não obstante as formalidades de convocação acima, todas as deliberações serão válidas desde que todos os sócios estejam presentes na respectiva reunião. Serão igualmente válidas as deliberações tomadas sem recurso à reunião da assembleia geral, desde que todos os sócios declarem por escrito o sentido do seu voto, em documento que inclua a proposta de deliberação, devidamente datado, assinado e endereçado à sociedade.

ARTIGO DOZE

(Administração)

Um) A administração, gestão e representação da sociedade compete a dois administradores, dispensados de caução e remunerados ou não, conforme a deliberação da assembleia geral.

Dois) Os administradores são eleitos pela assembleia geral por um período de um ano, sendo permitida a sua reeleição.

Três) Cabe aos administradores representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, assim como praticar todos os actos tendentes à realização do objecto social.

Quatro) Aos administradores é vedado responsabilizar a sociedade em actos, documentos e obrigações estranhos ao objecto da mesma, designadamente letras de favor, fianças, abonações e actos semelhantes, salvo se com o consentimento escrito dos sócios.

ARTIGO TREZE

(Formas de obrigar a sociedade)

A sociedade obriga-se pela assinatura conjunta dos dois administradores ou pela assinatura de mandatários, nos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato.

ARTIGO CATORZE

(Balanço e aprovação de contas)

Um) O exercício financeiro da sociedade coincide com o ano civil.

Dois) O relatório da administração e as contas de exercício da sociedade, fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano, e serão submetidos à aprovação da assembleia geral, após a aprovação pela administração.

ARTIGO QUINZE

(Alocação de resultados)

Um) No final de cada exercício a sociedade deverá alocar um montante correspondente à, pelo menos, a vinte e cinco por cento do lucro líquido da sociedade à reserva legal.

Dois) Os lucros remanescentes serão distribuídos conforme vier a ser deliberado pelos sócios.

ARTIGO DEZASSEIS

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei, nos presentes estatutos.

ARTIGO DEZASSETTE

(Disposições transitórias)

Até à realização da primeira reunião da assembleia geral, a sociedade será administrada e representada por:

- a) Eurico Gonçalves;
- d) Mirage Camal.

Maputo, vinte de Maio de dois mil e catorze.
— O Técnico, *Ilegível*.

GTS (Gildo, Thiago e Sheila) Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura do dia três de Abril de dois mil e catorze, lavrada de folhas vinte e três e seguintes do livro de escrituras avulso número quinze da Terceira Conservatória do Registo Civil e Notariado da Beira, a cargo de Mário de Amélia Michone Torres, Conservador e Notário Superior da referida Conservatória, foi constituída uma sociedade comercial por quota de responsabilidade limitada, nos termos e sob as cláusulas constantes dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação de sociedade por quotas unipessoal, GTS (Gildo, Thiago e Sheila), Limitada, constituída sob a forma de sociedade por quotas unipessoal de responsabilidade limitada e regendo-se pelos presentes estatutos e demais legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

Um) A sociedade tem a sua sede social na Avenida Centro Comercial, número setecentos e noventa e nove, bairro do Macúti, cidade da Beira, podendo por deliberação da assembleia geral abrir ou encerrar filiais, sucursais, delegações, agências ou outra forma de representação social dentro do território nacional ou estrangeiro.

Dois) Por decisão do sócio, a gerência pode transferir a sede da sociedade para uma outra localidade nacional ou estrangeira.

Três) A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO

Um) A sociedade tem por objecto social a actividade mineira (extração, produção, processamento e venda de pedra de construção) e actividades a ela conexas ou afins.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer actividades subsidiárias e ou conexas ao objecto principal, desde que obtenha para tal as necessárias autorizações.

Três) A sociedade poderá desenvolver outras actividades desde que haja deliberação válida da assembleia geral.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

Um) O capital social é de cem mil meticais, realizado em dinheiro, correspondente a uma única quota, sendo cem por cento, o equivalente a cem mil meticais para o único sócio.

Dois) O sócio é livre de transmitir a sua quota a terceiros.

ARTIGO QUINTO

Um) O capital social poderá ser elevado uma ou mais vezes por decisão do sócio, alterando-se o pacto social para o que se observarão as formalidades estabelecidas na lei das sociedades por quotas.

Dois) O sócio poderá fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nas condições que melhor entender.

CAPÍTULO III

Da gerência e representação da sociedade

ARTIGO SEXTO

Um) A administração da sociedade e representação em juízo e fora dele será exercida pelo único sócio ou por este nomeado, como gerente, sendo dispensado de prestar caução.

Dois) Em caso algum poderá o gerente obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos às operações comerciais, designadamente em letras de favor, em fianças e abonações.

ARTIGO SÉTIMO

Anualmente será efectuado um balanço com a data de trinta e um de Dezembro de cada ano e os lucros líquidos apurados em cada exercício económico, depois de feitas as deduções e a dedução de pelo menos cinco por cento para o fundo de reserva legal, sendo o remanescente depositado na conta do sócio.

CAPÍTULO IV

Das disposições finais

ARTIGO OITAVO

Um) A sociedade só se dissolve nos casos fixados por lei e sendo-o por decisão do sócio em estrita obediência a legislação em vigor.

Dois) Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Decreto-lei número dois barra dois mil e cinco, de vinte e sete de Dezembro e demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Farmaeuropa – Saúde e Bem Estar, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta de Cinco de Fevereiro de dois mil e catorze, da Sociedade Farmaeuropa - Saúde e Bem Estar, Limitada, matriculada na Conservatória do Registo das Entidades Legais de Maputo sob o n.º 100341700, deliberam a alteração da sede social e consequentemente alteração do artigo um dos estatutos, os quais passam a ter a seguinte nova redacção.

CAPÍTULO I

Da denominação e sede

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação Farmaeuropa – Saúde e Bem Estar, Limitada, tem a sua sede em Maputo, na Avenida Vladimir Lenine número cento e setenta e quatro Loja AF - Edifício Millenium Park- cidade de Maputo, Bairro Central.

Maputo, treze de Maio de dois mil e catorze.
— O Técnico, *Ilegível*.

Maputo Rent A Car, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta de catorze de Abril de dois mil e catorze exarada na sede social da sociedade denominada Maputo Rent A Car, Limitada, com a sua sede na Avenida Filipe Samuel Magaia, número oitocentos e sessenta e nove, rés-do-chão, em Maputo, registada na Conservatória das Entidades Legais sob o n.º 100419343, procedeu-se na sociedade em epígrafe a prática dos seguintes actos:

- a) Cedência de quota total sócio Edelson Ricardo Traquino Viagem, correspondente a trinta e cinco por cento a favor da nova sócia que

manifestou interesse em adquirir-las pelo valor de setenta e cinco mil meticais;

- b) Entrada de um novo sócio, que depois da análise e discussão, foi devidamente deliberada por unanimidade a entrada da sócia Anisia Fernanda Sebastião Machel Bilal para a sociedade;
- c) Que, em consequência do operado acto, fica assim alterado o artigo quarto e décimo dos estatutos da sociedade, que passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais, correspondente a soma de duas quotas assim distribuídas:

- a) Uma quota com o valor nominal de doze mil e quinhentos meticais, correspondente a sessenta e cinco por cento do capital social pertencente ao sócio Júlio Luciano Abrão Bilal;
- b) Uma quota com o valor nominal de sete mil e quinhentos meticais, correspondente a trinta e cinco por cento do capital social, pertencente a sócia Anisia Fernanda Sebastião Machel Bilal.

ARTIGO DÉCIMO

Administração e representação

A administração e representação da sociedade em juízo e fora dela, activa e passivamente, bem como a movimentação das contas bancárias, será exercida e movimentada pelo sócio Júlio Luciano Abrão Bilal.

Que em tudo o mais não alterado por esta escritura continuam a vigorar as disposições do pacto anterior.

Não havendo mas nada a tratar deu-se como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que vão assinar seguidamente.

Está conforme.

Maputo, catorze de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



La Maquina – Comércio de Maquinas e Veículos-Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de catorze de Abril de dois mil

e catorze, exarada a folhas cento trinta e oito á cento trinta e nove do livro de notas para escrituras diversas número trezentos e vinte e cinco traço D, do Segundo Cartório Notarial de Maputo, perante mim, Ricardo Moresse, licenciado em Direito, técnico superior dos registos e notariado N1 e notário do referido cartório, foi constituída uma sociedade, que regerá a seguinte redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

A sociedade adopta a denominação de La Maquina – Comércio de Maquinas e Veículos-Sociedade Unipessoal, Limitada.

ARTIGO SEGUNDO

Sede

A sociedade tem a sua sede Rua OMM, bairro Desse Vilankulo, podendo por deliberação da assembleia geral, mudar a sua sede para qualquer outra província do país, abrir sucursais, filiais, delegações ou qualquer outra forma de representação, bem como escritórios e estabelecimentos, quando e onde o julgar necessário e obter as necessárias autorizações.

ARTIGO TERCEIRO

Duração

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data de registo da sociedade.

ARTIGO QUARTO

Objecto social

Um) A sociedade tem por objecto:

- a) Comércio e aluguer de máquinas e veículos;
- b) Aluguer de máquinas industriais e para construção;
- c) Comércio de veículos automóveis, equipamentos e maquinas industriais de construção e matérias de construção civil, limpeza e desobstrução junto das empresas e dos particulares vinte e quatro por vinte e quatro horas.

Dois) A sociedade poderá por deliberação da assembleia geral, exercer outras actividades comerciais relacionadas com o seu objecto principal, ou ainda, associar-se ou participar no capital de outras sociedades, desde que legalmente permitidas.

ARTIGO QUINTO

Capital social

Um) O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de cem mil meticais, correspondente a uma quota pertencente ao sócio Pericles Ferreira de Santana.

Dois) O capital social pode ser aumentado uma ou mais vezes, mediante decisão do sócio, alterando-o em qualquer dos casos o pacto social para o que se observarão as formalidades estabelecidas por lei.

ARTIGO SEXTO

Prestações suplementares

Não haverá prestações suplementares de capital. O sócio poderá fazer os suprimentos à sociedade, nas condições fixadas por ele ou pelo conselho de gerência a nomear.

ARTIGO SÉTIMO

Administração e representação

Um) A administração da sociedade é exercida pelo único sócio, ou por um ou mais administradores, ainda que estranhos à sociedade, a ser escolhidos pelo sócio, que se reserva o direito de os dispensar a todo o tempo e em qualquer dos casos, todos eles, ficarão dispensados de prestar caução.

Dois) O sócio, bem como o administrador por esta nomeados, por ordem ou com autorização deste, podem constituir um ou mais procuradores, nos termos e para os efeitos da lei. Os mandatos podem ser gerais ou especiais e tanto o sócio como o administrador poderão revogá-los a todo o tempo, estes últimos mesmo sem autorização prévia do sócio, quando as circunstâncias ou a urgência o justifiquem.

Três) Compete à administração a representação da sociedade em todos os seus actos, activa e passivamente, em juízo e fora dele, tanto na ordem jurídica interna como internacionalmente, dispondo de mais amplos poderes legalmente consentidos para a prossecução do objecto social, designadamente, quanto ao exercício da gestão corrente dos negócios sociais.

ARTIGO OITAVO

Balanço e prestação de contas

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e a conta de resultados fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano, devendo a administração da sociedade organizar as contas anuais e elaborar um relatório respeitante ao exercício e uma proposta de aplicação de resultados.

ARTIGO NONO

Dissolução, liquidação da sociedade

Um) A sociedade somente se dissolve nos termos fixados na lei.

Dois) Declarada a dissolução da sociedade, proceder-se-á a sua liquidação gozando os liquidatários, nomeados pelo sócio, dos mais amplos poderes para o efeito.

ARTIGO DÉCIMO

Casos omissos

Em tudo quanto esteja omissos nesse estatuto, regular-se-á pelas disposições aplicáveis em vigor na República de Moçambique.

Esta conforme.

Maputo, dezasseis de Abril de dois mil e catorze. — A Técnica, *Ilegível*.



GEREL – Gestão de Resíduos, Limitada

Certifico para efeitos de publicação, que por acta de reunião do dia treze de Maio de dois mil e catorze, pelas quinze horas, reuniu na sua sede social a assembleia geral extraordinária da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada GEREL – Gestão de Resíduos, Limitada, com o capital social de vinte mil meticais, registada na Conservatória do Registo das Entidades Legais sob o Número Único de Entidade Legal 10047009, deliberaram a alteração da denominação da sociedade e consequente alteração do Artigo Primeiro dos estatutos, os quais passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

A GEREL – Gestão, Estudos & Representações, Limitada, adiante designada simplesmente por sociedade por quotas de responsabilidade limitada, criada por tempo indeterminado e que se rege pelos presentes estatutos e pelos preceitos legais aplicáveis.

Que em tudo o mais não alterado por esta escritura continuam a vigorar as disposições do pacto social anterior.

Está conforme.

Maputo, vinte e um de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



Millenium Business – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta avulsa sem número reuniu no dia cinco de Dezembro de dois mil e treze, na sua sede social na Avenida Ngungunhana, bairro Chambone seis, na cidade de Maxixe, a assembleia geral extraordinária da sociedade Millenium

Business – Sociedade Unipessoal, Limitada, matriculada sob NUEL 100188392, onde esteve presente o sócio Hélder Helena Francisco Lical, totalizando os cem por cento do capital social, delibera sobre a cessão total de quotas para o novo sócio António Guilherme Macuácu, que passa a deter a totalidade do capital social no valor de vinte mil meticais correspondentes a cem por cento do capital social da sociedade.

Em consequência de cessão de quotas são alterados os artigos quarto e quinto do pacto social que passam a ter seguinte nova redacção.

ARTIGO QUARTO

Um) ...

h) ...

i) Prestação de serviços de Mecânica geral.

ARTIGO QUINTO

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais, correspondente a uma única quota de cem por cento do capital social pertencente ao único sócio António Guilherme Macuácu.

Em tudo que não foi dito expressamente alterado, continuam a vigorar as disposições constantes dos estatutos

Está conforme.

Inhambane, dezanove de Dezembro de dois mil e treze. — O Ajudante, *Ilegível*.



Millennium Construções – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e seis de Julho de dois mil e onze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100234726, a entidade legal supra, constituída por António Guilherme Macuácu, solteiro, maior, de nacionalidade moçambicana, titular do Bilhete de Identidade número zero oito zero um zero zero sete cinco seis sete um B, emitido em seis de Outubro de dois mil e dez e válido até seis de Outubro de dois mil e quinze, residente no quarteirão B bairro Chambone Seis, cidade da Maxixe, província de Inhambane, que se regerá pelas cláusulas e condições constantes dos seguintes artigos:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação Millennium Construções – Sociedade Uni-

pessoal, Limitada, sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, criada por tempo indeterminado e que se rege pelo presente estatuto e pelos preceitos legais em vigor na República de Moçambique.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede social na cidade da Maxixe, província de Inhambane.

Dois) Mediante simples deliberação da administração, a sociedade pode autorizar, a deslocação da sede dentro do território nacional, cumprindo os necessários requisitos legais.

Três) A administração da sociedade poderá deliberar a abertura de sucursais, filiais ou qualquer outra forma de representação no país e no estrangeiro, desde que devidamente autorizada pela assembleia geral e cumpridos os necessários preceitos legais.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto a prestação de serviços e actividades na área de construção civil.

Dois) A sociedade poderá, mediante deliberação da assembleia geral, exercer outras actividades complementares ou subsidiárias ao seu objecto principal, actuando em nome próprio ou em representação dum terceiro, sendo nacional ou estrangeiro, e desde que para tal obtenha aprovação das entidades competentes.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cento e cinquenta mil meticais, correspondente a uma quota única no valor nominal de cento e cinquenta mil meticais, correspondente a cem por cento do capital social, pertencente ao sócio António Guilherme Macuácu.

Dois) O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes por deliberação da assembleia geral, que determinará os termos e condições em que se efectuará o aumento.

ARTIGO QUINTO

(Transmissão de quotas)

Um) É livre a transmissão total ou parcial de quotas entre os sócios.

Dois) A transmissão de quotas a terceiros carece do consentimento prévio da sociedade, dado por escrito e prestado em assembleia geral.

Três) Os sócios gozam do direito de preferência na transmissão de quotas, a

exercer na proporção das respectivas quotas e relativamente aos termos e condições oferecidas/propostos por tal terceiro.

ARTIGO SEXTO

(Prestações suplementares)

Um) Os sócios poderão efectuar prestações suplementares de capital ou suprimentos à sociedade nas condições que forem determinadas pela assembleia geral.

Dois) Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade nas condições fixadas pela assembleia geral e desde que proposta dos mesmos.

Três) Entendem-se por suprimentos as importâncias complementares que os sócios possam adiantar, no caso de o capital se revelar insuficiente, constituindo tais suprimentos verdadeiros empréstimos à sociedade.

CAPÍTULO III

Da assembleia geral e administração

ARTIGO SÉTIMO

(Assembleia geral)

Um) A Assembleia geral se reunirá ordinariamente nos primeiros três meses imediatos ao início de cada exercício para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício e para deliberar sobre quaisquer assuntos que tenha sido convocada.

Dois) A assembleia geral se reunirá por iniciativa de um dos sócios ou da administração, convocada por meio de carta registada, com aviso de recepção dirigido a todos sócios, com antecedência mínima de quinze dias, e devendo a convocatória indicar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.

Três) Serão dispensadas as formalidades de convocação da assembleia geral quando todos os sócios concordem por escrito em dar como validamente constituída a assembleia, e concordem que dessa forma se delibere, ainda que as deliberações sejam tomadas fora da sede social, em qualquer ocasião e qualquer que seja o seu objecto.

Quatro) Exceptuam-se, relativamente ao disposto no número anterior, as deliberações que, nos termos da lei ou do presente estatuto, requeiram uma maioria qualificada.

Cinco) É dispensada a reunião da assembleia geral quando todos os sócios declarem, por escrito, o sentido do seu voto em documento dirigido à sociedade que inclua a proposta de deliberação. Exceptuam-se as deliberações

que importem modificações dos estatutos e dissolução da sociedade.

ARTIGO OITAVO

(Representação na assembleia geral)

O sócio poderá fazer-se representar na assembleia geral por qualquer outro dos sócios ou representante legal, mediante a delegação de poderes para o efeito, através de procuração, carta ou telefax.

ARTIGO NONO

(Votação)

Um) A assembleia geral pode deliberar, em primeira convocação, desde que estejam presentes ou devidamente representados cinquenta e um por cento do capital social.

Dois) Para que a assembleia geral possa deliberar, em primeira convocação, sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para as quais a lei exija maioria qualificada, devem estar presentes ou representados sócios que detenham pelo menos participações correspondentes a dois terços do capital social.

Três) Em segunda convocação, a assembleia geral pode deliberar seja qual for o número de sócios presentes ou representados e o capital por eles representado.

Quatro) A cada duzentos e cinquenta meticais do valor nominal da quota corresponde um voto.

ARTIGO DÉCIMO

(Administração, representação da sociedade)

Um) A administração e representação da sociedade serão conferidas a um conselho de directores, a ser nomeado pela assembleia geral.

Dois) Os directores ficam isentos da prestação de caução ou garantias.

Três) A assembleia geral pode nomear um gerente geral para quem será confiada a gestão diária da sociedade.

Quatro) A menos que a assembleia geral nomeie um gerente geral, os directores terão todos os poderes necessários para a gestão da sociedade.

Cinco) A sociedade fica obrigada pela assinatura de um dos directores eleitos em assembleia geral ou ainda de um procurador nos termos e limite específico do respectivo mandato.

Seis) Para actos de mero expediente basta

a assinatura de um director, gerente geral ou de um empregado da sociedade devidamente autorizado para o efeito.

Sete) O conselho de direcção pode nomear advogados e representantes da sociedade.

CAPÍTULO IV

Das disposições gerais

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Balanço e contas)

O relatório de gerência e das contas anuais incluindo o balanço e resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidas à apreciação da assembleia geral durante o primeiro quarteto do ano seguinte.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Aplicação dos resultados)

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-ão em primeiro lugar a percentagem legalmente indicada para constituir a reserva legal, enquanto não estiver realizada nos termos da lei ou sempre que seja necessária reintegrá-la.

Dois) Cumprido o disposto no número anterior a parte restante dos lucros será distribuída entre os sócios de acordo com a decisão da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos e sujeito nos termos e condições da lei ou da decisão da assembleia geral, a menos que seja decidido de alguma outra forma pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Disposições finais)

Um) Em caso de morte ou interdição de um sócio, a sociedade continuará com os herdeiros ou representantes do falecido ou interdito, os quais nomearão entre si um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota permanecer indivisa.

Dois) Em tudo quanto for omissa nos presentes estatutos aplicar-se-ão as disposições do Código Comercial e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

Inhambane, aos vinte e seis de Julho de dois mil e onze. — O Ajudante, *Ilegível*

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRÁFICOS NA INM, E. P. NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGN GRÁFICO AO SEU DISPOR

Nossos serviços:

- Maketização, Criação de Layouts e Logotipos;
- Impressão em Off-set e Digital;
- Encadernação e Restauração de Livros;
- Pastas de despachos, impressos e muito mais!

Preço das assinaturas do *Boletim da República* para o território nacional (*sem porte*):

- Anúncios séries por ano 10.000,00MT
- As três séries por semestre 5.000,00MT

Preço da assinatura anual:

- Séries
- I 5.000,00MT
- II 2.500,00MT
- III 2.500,00MT

Preço da assinatura semestral:

- I 2.500,00MT
- II 1.250,00MT
- III 1.250,00MT

Beira — Rua Correia de Brito, n.º 1529 – R/C
Tel.: 23 320905
Fax: 23 320908

Quelimane — Rua Samora Machel, n.º 1004,
Tel.: 24 218410 Fax: 24 218409

Brevemente em Pemba.

Preço — 35,00 MT

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.